

João de Barros e Evanildo Bechara: as partes da oração sob o viés da historiografia da linguística

João de Barros and Evanildo Bechara: the parts of speech from the perspective of the historiography of linguistics

Jefferson Evaristo*

Raquel Lagoa**

RESUMO:

Este artigo insere-se no âmbito da Historiografia da Linguística (HL) e tem como pressupostos teóricos os estudos de Koerner (1996 e 2014), Swiggers (2010) e Batista (2019), uma vez que acreditamos ser imperativo na análise linguística de qualquer obra levar em conta os parâmetros linguísticos, a língua propriamente dita, e os parâmetros extralinguísticos, a saber, o contexto de produção, circulação e recepção de uma obra, visto serem eles fatores de influência nas abordagens teóricas de seus autores. No que se refere ao objetivo desta pesquisa, portanto, tencionamos apresentar uma análise comparativa entre a categorização do léxico na *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540) de João de Barros, ao que ele classifica como partes da oração, e na *Moderna Gramática Portuguesa* (2009) de Evanildo Bechara, ao que ele descreve como classe de palavras. Temos por intuito verificar a relação de continuidade ou descontinuidade do pensamento linguístico do Humanista/

DOL: <https://doi.org/10.18364/rc.2026n71.1511>

Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI-260003/020514/2025

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jeffersonpn@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

** Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, raquelmarques2004@gmail.com <https://orcid.org/0009-0009-1247-715X>

Renascentista João de Barros e do gramático contemporâneo de grande vulto na gramaticografia em língua Portuguesa no Brasil, Evanildo Bechara. A justificativa para a seleção dessas fontes primárias de pesquisa fundamenta-se no fato de a *Grammatica da Língua Portuguesa* ser o pilar da gramaticografia em língua portuguesa; e a segunda, por citar a obra de João de Barros, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, parte constituinte da gramática de Barros, na introdução de sua obra intitulada “Breve História Externa da Língua Portuguesa”, estabelecendo, portanto, um vínculo entre as duas gramáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística; João de Barros; Evanildo Bechara; Gramaticografia; Classe de palavras.

ABSTRACT:

This article falls within the scope of the Historiography of Linguistics (HL) and is based on the theoretical assumptions of Koerner (1996 and 2014), Swiggers (2010), and Batista (2019), since we believe it is imperative in the linguistic analysis of any work to take into account linguistic parameters, the language itself, and extralinguistic parameters, namely, the context of production, circulation, and reception of a work, as these are factors influencing the theoretical approaches of their authors. Regarding the objective of this research, therefore, we intend to present a comparative analysis between the categorization of the lexicon in João de Barros’s *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540), which he classifies as parts of the sentence, and in Evanildo Bechara’s *Moderna Gramática Portuguesa* (2009), which he describes as word classes. Our aim is to verify the continuity or discontinuity in the linguistic thought of the Humanist/Renaissance figure João de Barros and the prominent contemporary grammarian in Portuguese grammar in Brazil, Evanildo Bechara. The justification for selecting these primary research sources is based on the fact that the *Grammatica da Língua Portuguesa* is the cornerstone of Portuguese grammar. The second reason is that it cites the work of João de Barros, **Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem**, a constituent part of Barros’s grammar, in the introduction to his work entitled “Breve História Externa da Língua Portuguesa” (Brief External History of the Portuguese Language), thus establishing a link between the two grammars.

KEYWORDS: Historiography of Linguistics; João de Barros; Evanildo Bechara; Grammaticography; Word class.

Introdução

Os pressupostos teóricos deste artigo encontram-se na Historiografia da Linguística (HL) (Koerner, 2014; Swiggers, 2019; Batista, 2024; 2020; 2019; 2013; Kaltner, 2023b; Gueiros e Vieira, 2022), na medida em que esta pesquisa “não toma por objeto a língua e seus fenômenos, mas o que foi dito e produzido (em contextos sociais e históricos) a respeito das línguas e seus fenômenos” (Batista, 2019, p. 49). Nesse sentido, o estudo sobre as partes das orações, hodiernamente classe de palavras, tem por objetivo empreender um estudo comparativo entre os conceitos apresentados por João de Barros (JB) em sua gramática renascentista intitulada *Grammatica da Língua Portuguesa (GLP)*, publicada em 1540, e a descrição dessas classes pelo gramático Evanildo Bechara (EB) em sua *Moderna Gramática Portuguesa (MGP)* edição de 2009. Tenciona-se, nesta análise, verificar a existência de uma relação de continuidade do pensamento linguístico renascentista com o pensamento da contemporaneidade, a fim de investigar a existência de uma tradição gramatical que se inicia na Antiguidade Clássica, com os gramáticos greco-latinos, estende-se ao período renascentista e perpetua-se até nossos dias.

Em outras ocasiões, já discutimos aspectos da obra de João de Barros (XXX, XXX) ou, de maneira mais ampla, das partes da oração (XXX) ou da obra de Bechara (XXX). Este trabalho, portanto, insere-se numa esteira de outras pesquisas que estamos realizando nos últimos anos acerca dos autores e da temática aqui abordada.

Para fins de organização, nosso trabalho está dividido da seguinte forma: nesta primeira seção, trazemos uma introdução da proposta e a situamos aos leitores; na segunda, apresentamos um comentário acerca do conceito de gramática que JB e EB trazem em suas gramáticas; na sequência, delineamos historiograficamente um perfil dos dois autores para as partes da oração / classes de palavras, colocando-os em confronto e terminando com

uma análise comparativa sobre as duas propostas; completa este artigo uma parte final, com algumas considerações finais ao texto.

Vejamos, então, a proposição de JB e EB para o sentido do conceito de gramática.

1. João de Barros e Bechara: sentidos para o conceito de gramática

Se formos expandir a concepção de estudos gramaticais abarcando mais do que o que conhecemos com maior profundidade no mundo ocidental, seria possível dizer que os estudos sobre línguas e suas gramáticas remontam a até cinco séculos antes de Cristo. Panini, no século IV a.C. é o nome mais relevante e conhecido de uma escola de tradição védica/hindu que reconhecia a linguagem como algo sacro e que, por isso, buscava estudá-la para, ao descrevê-la, ajudar a conservar sua pureza (Stella, 1955). Assim, os gramáticos hindus “estabeleceram as bases da “gramática normativa” do sânscrito” (Costa, 2024, p. 19) séculos antes do surgimento de estudos análogos a esse no ocidente.

Do lado ocidental do mundo, os estudos sobre as partes da oração (ou classe de palavras, mais recentemente) remontam à Antiguidade Clássica:

Que as classes de palavras –ou, para usar termos mais específicos à nossa proposta, as “partes do discurso” –são uma contribuição dos gregos para nós, é algo já sabido e atestado por diferentes autores e trabalhos, a exemplo de Borges Neto (2023), Azeredo (2021), Vieira (2018; 2015) e Neves (2005), para citar uma lista bastante breve (Evaristo e Marinho, 2025).

No mundo grego, filósofos - e, mais tarde, gramáticos - já discutiam sobre a essência da linguagem e a sua relação com o pensamento. Como argumenta Batista (2013, p. 39), “a essência do humano está de fato relacionada à propriedade linguística”. De fato, a premissa de que a linguagem existia para expressar o pensamento e representar as coisas atribuía ao gramático

um papel de destaque na sociedade, uma vez que, de acordo com Leite (2007, p.49), ele passa “a ter grande importância cultural pelo conhecimento que detinha acerca das palavras, pois a concepção que durante séculos vigorou no Ocidente foi a de que aquele que sabia explicar as palavras sabia explicar o mundo”.

Dessa forma, podemos inferir que na tradição gramatical grega “o conhecimento das coisas [estaria] vinculado ao conhecimento das palavras [...]. A língua [seria] um instrumento para a compreensão da realidade, enquanto a gramática [seria] um instrumento para a compreensão da língua [...]” (Kaltner 2023a, p. 118). Assim, a gramática torna-se um instrumento de compreensão da realidade, tornando possível entender o mundo. A percepção sobre o papel da gramática implica a necessidade do domínio dessa arte tão valorizada na Antiguidade Clássica; de fato, na época, ter conhecimento gramatical era também símbolo de um *status*, uma vez que esse conhecimento era a chave para a compreensão do mundo e sua expressão nele.

Uma vez que a gramática assume a função de instrumento para a compreensão do mundo (Neves, 2005), torna-se de suma importância entendermos os critérios usados por seus autores na categorização das palavras. Para isso, precisamos entender como a tradição greco-latina definia a palavra gramática. Dionísio considerava a gramática como a “arte de se escrever bem” (Mattos e Silva, 2023, p. 18), estando ela independente da lógica¹. Por outro lado, Varrão estende esse conceito ao reiterar que a gramática seria “a arte de se escrever e falar corretamente” (Mattos e Silva, 2023, p. 19), além de ser um instrumento para a compreensão dos clássicos, em consonância com o pensamento linguístico de Platão.

Doravante, apresentaremos como JB e EB definem o conceito de gramática, para que possamos entender a categorização do léxico de nossa língua feita por esses escritores basilares de nossa gramaticografia.

1 Cabe destacar, nesse caso, que Dionísio não fazia a relação entre a linguagem e o pensamento, visto que para ele a gramática era um manual para se escrever corretamente.

JB identifica-se com as concepções de Dionísio² e Varrão³ e, para ele, a gramática é “artifício de palavras, postas em seus naturais lugares, para que mediante elas, assim na fala como na escrita, venhamos ter conhecimento das intenções alheias” (Barros, 1540, p. 2). Essa definição serve como aporte para o entendimento de sua categorização de palavras, ou como ele nomeia, *partes da oração*, como veremos mais adiante. Tencionamos, a partir de agora, apresentar uma análise dos elementos da definição acima descrita.

Quanto à primeira parte da definição, “artifício de palavras, postas em seus naturais lugares” (Barros, 1540, p. 2), notamos a visão estruturalista⁴ que JB tinha da linguagem, uma vez que, para ele, as unidades linguísticas estão postas em ordem de forma natural. Em outras palavras, ele demonstra que temos essas categorias mentalmente organizadas, com cada uma delas exercendo a sua função.

No que se refere a ter “conhecimento das intenções alheias” (Barros, 1540, p. 2), retomamos ao pensamento linguístico da tradição grega que concebe a língua como expressão do pensamento (Fuza, Ohuschi e Menegassi, 2011), ressaltando, portanto, a sua função intelectual. Essa abordagem linguística, que classifica a palavra de acordo com o seu sentido, é utilizada com frequência por JB para definir algumas categorias gramaticais. De todo modo, não nos esqueçamos que, como Vieira (2018, p. 43) afirma, gramática para JB era “um modo certo e justo de falar e escrever, colhido do uso e autoridade dos barões doutos” [grifos do autor].

Por outro lado, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2009), o gramático contemporâneo não apresenta uma definição única de gramática, mas elenca a existência de diferentes tipos de gramáticas. Vieira (2018, p.

2 170 a.C. – 90 a.C.

3 116 a.C. – 27 a.C.

4 Naturalmente, aqui, não estamos nos referindo ao estruturalismo conforme autores como, por exemplo, Saussure. Embora o signo linguístico possa ser o mesmo, trata-se de ocorrência polifônica, sem dúvidas. Por estruturalista, neste ponto, entendemos “que se dedica à materialidade da língua”, a suas formas.

43), ao dizer sobre a definição/concepção de gramática para EB, vai colocar que ela é uma “disciplina com finalidade pedagógica, que elenca os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social” [grifos do autor]. Dado o caráter pedagógico da obra de JB, tomaremos como objeto de nosso estudo as definições que se relacionam com a gramática de JB, a saber: a gramática descritiva e a normativa.

Segundo Bechara (2009, p. 37), “a gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfossintático e léxico)”, cabendo-lhe fazer o registro da língua. Quanto à gramática normativa, ela, como afirma o autor,

não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, [cabendo-lhe] elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos (Bechara, 2009, p. 37).

Como observado, o gramático da ABL define o conceito de gramática de acordo com a sua função. Nesse sentido, a gramática descritiva, considerada científica, teria o intuito de fazer o registro dos usos linguísticos; e a segunda, a pedagógica, estabeleceria um modelo de como falar e escrever corretamente. Ao confrontarmos as definições dos autores supracitados, verificamos uma certa filiação entre o pensamento linguístico de JB, quanto ao objetivo de sua gramática, e as definições apontadas por EB para as gramáticas normativa e descritiva, uma vez que JB reitera que sua obra tem por finalidade fornecer “os preceitos da gramática” (Barros, 1540, p. 1v) baseado no uso da língua por parte das autoridades, os barões doutos. De fato, os preceitos da gramática são atinentes ao seu caráter pedagógico, ao passo que o registro do uso está relacionado ao seu caráter descritivo. Portanto, concernente à definição de

gramática, podemos inferir a existência de uma relação de continuidade do pensamento linguístico entre os dois autores.

Cabe destacar ainda que foi durante o Renascimento que a gramática passou a ser sobretudo objeto de ensino (Batista, 2010; Assunção e Santos, 2009; Neves, 2002). Segundo Bastos e Palma (Bastos e Palma, 2004, p. 51), “a língua portuguesa, já fixada na escrita, passa a ser objeto de estudo e reflexão por meio de obras que visam a normatizar o seu funcionamento”. A *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540) foi precursora nesse sentido, inaugurando um modelo de escrita em que o homem se vê capaz de descrever e elaborar conhecimento científico, inclusive no que tange ao funcionamento e ensino de línguas.

Assim, recorrendo à tradição latina, JB descreve e prescreve o vernáculo português baseado na comparação entre os vernáculos europeus e o latim, arcabouço teórico das gramáticas vernaculares renascentistas (Carvalho, 2000). Essa nova função da gramática como objeto de ensino “decorre da necessidade social de se ensinarem as línguas ‘vulgares’ e não apenas o latim nas escolas da Europa e às novas populações que deveriam ser cristianizadas nos outros continentes” (Mattos e Silva, 2023, p. 24). Esse cenário também é observado em outros reinos europeus, que, a exemplo do reino de Portugal, buscam sistematizar o seu vernáculo como forma de dignificar a sua nação (Navarro, 2022), corroborando a célebre frase de Nebrija, gramático escritor da primeira gramática castelhana, representante da ideologia vigente de que a “língua sempre foi companheira do Império” (Nebrija, 1492, p. 2).

Mais uma vez, notamos uma relação de proximidade entre os dois autores quanto às obras que produziram, visto que ambos direcionam suas gramáticas ao ensino. No que tange à JB, ele relata que “[n]ossa intenção é fazer algum proveito aos meninos que por esta arte [a gramática] aprenderem, levando os de leve à grande, e de pouco a mais [...] tratarei somente do necessário aos principiantes” (Barros, 1540, p. 40). Por outro lado, nosso autor contemporâneo, no prefácio da sua 37ª edição, endereça o seu compêndio aos

estudiosos da língua ao informar: “[e]ntregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa esta edição, revista, ampliada e atualizada, levados que estamos pelos mesmos propósitos que nos fizeram, em 1961, trazer à luz a *Moderna Gramática Portuguesa*” (Bechara, 2009, p. 19).

Uma vez delineados os conceitos de gramática dos dois autores, iniciamos a análise das partes da oração ou classe de palavras. Tencionamos investigar como a abordagem linguística de EB demonstra uma relação de continuidade com o pensamento linguístico de JB. Para fins de análise, faremos um breve histórico da categorização das classes de palavras no percurso historiográfico, seguida dos critérios de sua categorização por JB e EB. Finalizando, apresentamos os pontos de convergências e divergências entre as duas abordagens, com vistas a identificar as relações de continuidade ou ruptura do pensamento linguístico presentes nas duas obras.

2. As partes da oração em João de Barros e Evanildo Bechara: um delineamento historiográfico

Como mencionado anteriormente, o conceito de que a linguagem é a forma de expressão do pensamento implica uma categorização que privilegia critérios semânticos. Essa abordagem vem com Aristóteles, que reconhece a existência dos nomes, dos verbos e das conjunções. Segundo Quintiliano, essa categorização ocorre porque

nos verbos encontramos o processo, nos nomes, a substância, e ainda porque um é o que é afirmado, o outro, a partir do que algo é afirmado; a respeito das conjunções, por outro lado, indicaram que são a conexão desses; as quais, eu sei, são chamadas de conjunções pela maioria dos estudiosos, o que parece ser a tradução mais apropriada de “*syndesmos*” (Quintiliano, 1975, I, p. 4).

Os estoicos, por sua vez, usam a categorização de Aristóteles e acrescentam mais duas classes, relatando, portanto, a existência de “cinco

partes do discurso: nome próprio (*ónoma*), nome comum (*appelatio*), verbo (*rhêma*), conjunções (*syndesmos*) e articulação (*àrthron*)” (Leite, 2007, p. 36). Dionísio, em uma relação de continuidade com a tradição gramatical, reconhece oito dessas partes, sendo elas: “nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção” (Vieira, 2018, p. 55-56). Quanto a Donato, gramático latino, acompanhando a abordagem grega, também descreve oito partes da oração, a saber: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Segundo Dezotti (2010, p. 2), “Donato foi mais sábio que a maioria dos escritores de arte gramática porque, dentre os diversos assuntos abordados por essa arte, resolveu começar seu tratado pelo estudo das oito partes da oração, que é o único que pertence exclusivamente ao ofício do gramático”⁵.

JB, em consonância com a tradição gramatical precedente, emprega a categorização dos latinos, adaptando-a às necessidades da língua em formação, de modo que ele acrescenta às oito classes latinas a classe dos artigos, presente no vernáculo. Assim, segundo nosso autor (1540, p.2v), “nossa linguagem [é] composta dessas nove partes: artigo, que é próprio dos gregos e hebreus, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição, que tem os latinos”.

Bechara (2009), por sua vez, descreve a existência de dez classes de palavras em nossa língua, sendo elas: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Mais uma vez, constatamos uma relação de continuidade com a tradição gramatical, que chega até a contemporaneidade. Ao descrever essas classes, no entanto, o autor justifica que essa categorização é resultado de uma combinação de critérios, na medida em que “junta palavras de natureza e funcionalidade bem diferentes com base em critérios categoriais, morfológicos e sintáticos misturados” (Bechara, 2009, p. 90). Para além disso, ele reitera que o que

5 Para um aprofundamento da posição gramatical desses gramáticos latinos, sugerimos a leitura de Fortes e Burghini (2021)

de fato “as diferencia são os diversos significados que lhes são próprios” (Bechara, 2009, p. 90). Dessa forma, atribui ao critério semântico a função de distinguir as classes de palavras.

Doravante, apresentaremos as definições das classes de palavras empregadas por JB, seguidas de comentários sobre os critérios envolvidos nessas definições.

2.1 As partes da oração por João de Barros

Seguindo a lógica aristotélica, JB inicia a sua descrição das partes da oração com a classe dos **nomes**. Segundo ele:

Nome [...] é aquele que se declina por casos sem tempo significando sempre alguma coisa que tenha corpo, ou sem corpo. Que tenha corpo, como: homem, pau, pedra. Sem corpo: gramática, ciência, doutrina. E cada um dos nomes tem estes acidentes: qualidade, espécie, figura, gênero, número e declinação por casos; dos quais acidentes vejamos particularmente (Barros, 1540, p. 5).

Constatamos nessa descrição o emprego do critério semântico, uma vez que o gramático renascentista aponta ser o nome a categoria que atribui significado a alguma coisa. Além disso, ele também usa o critério morfológico ao mencionar que os nomes “declinam por casos sem tempo”, apresentando também acidentes, tais como: “qualidade, espécie, figura, gênero e número” (Barros, 1540, p. 5).

A segunda classe por ele delineada é a classe dos **artigos**. Segundo ele,

Artigo é uma das partes da oração, a qual como já dissemos não têm os latinos; e vem este nome, artigo, de *articulus*, etimologia latina, derivada de *arthon* grega, que quer dizer juntura de nervos, a que nós propriamente chamamos artelho. E bem como da aliança e ligadura dos nervos se sustenta o corpo, assim do ajuntamento do artigo aos casos do nome, se compõe a oração (Barros, 1540, p. 12).

Seguindo a tradição renascentista de valorização da cultura greco-latina, as gramáticas vernaculares seguem o modelo linguístico da gramática latina. Como argumenta Carvalho (2000, p. 81), “[i]nspiradas na gramática latina quanto à terminologia e à doutrina, seus autores procuraram, contudo, adaptá-las às características das línguas modernas, sobretudo nas partes de morfologia e fonética”. Esse fato é comprovado pela descrição dos artigos, que, sendo específicos da língua portuguesa são descritos a partir da sua ausência na gramática latina. Recorrendo à etimologia da palavra, nosso autor usa o critério sintático em sua definição ao mostrar que o artigo tem a função de ligar os casos aos nomes.

A terceira classe de palavras descrita por JB é a dos **pronomes**. Segundo ele,

Pronome, é uma parte da oração que se põe em lugar do próprio nome; e por isso dissemos que era conjunta a ele por matrimônio, e daqui tomou o nome. Exemplo: eu escrevo esta Gramática pera ti. Esta parte, eu, se chama, pronome, a qual basta para se entender o que disse, sem acrescentar o meu próprio nome Joam de Barros, em cujo lugar serve. Assim que podemos dizer, ser inventada esta parte da oração para boa ordem e perfeito entendimento (Barros, 1540, p. 15).

Na definição acima, vemos o uso do critério semântico, visto que o pronome substituiria o nome e seria o responsável pelo entendimento perfeito da oração. Para além disso, vemos também o critério sintático, na medida em que JB mostra que a classe dos pronomes está ligada diretamente ao nome, como em uma relação matrimonial.

Tratemos agora da categoria dos **verbos**, segundo JB, um dos reis da nossa linguagem. “Verbo – segundo definição de todos os gramáticos – é uma voz ou palavra que demonstra obrar alguma coisa; o qual não se declina como o nome e pronome por casos, mas conjuga-se por modos e tempos, como veremos por suas conjugações” (Barros, 1540, p. 18).

Mais uma vez, verificamos o uso do critério semântico para a definição do conceito de verbo, que, de acordo com ele, entre algumas acepções da

palavra, estaria relacionado à ação (“obrar alguma coisa”). “Em seguida, temos o emprego do critério morfológico, já que, para JB, uma das características da classe dos verbos é não se declinar como os nomes e pronomes, mas sim poder se conjugar por modos e tempos” (Lagoa, 2024, p. 103).

Ainda sobre os verbos, JB amplia o seu conceito ao especificar seus tipos. Dessa forma, após relacionar os verbos às ações, citando os latinos, ele também apresenta o verbo substantivo, cuja função seria indicar um estado do sujeito, em definição próxima ao que, atualmente, entendemos como nosso verbo de ligação.

Os latinos partem os seus verbos em substantivos e adjetivos. Dos primeiros temos este só verbo, sou, ao qual chamamos substantivo porque demonstra o ser pessoal da coisa, como quando digo: Eu sou criatura racional. Verbo adjetivo podemos chamar todos os outros (Barros, 1540, p. 18).

Em seguida, temos a classe dos **advérbios**. Segundo ele,

[a]dvérbio é uma das nove partes da oração que sempre anda conjunta com o verbo, e daqui tomou o nome; porque, ad, que dizer cerca, e composto com verbo fica adverbium que quer dizer acerca do verbo. Foi esta parte muito necessária, aqui porque por ela se denota a eficácia ou remissão do verbo, porque quando digo, Eu amo a verdade, demonstro que simplesmente faço esta obra de amar; mas dizendo, Eu amo muito a verdade, por este advérbio, muito, denoto a quantidade do amor que tenho à coisa (Barros, 1540, p. 28).

Nessa abordagem linguística, observamos dois critérios de categorização: o sintático e o semântico. O primeiro, dado que o advérbio configura-se pela sua proximidade com o verbo, fato justificado pela etimologia da palavra; e o segundo, por, a partir dele, podermos denotar a “eficácia ou remissão do verbo” (Barros, 1540, p. 28); em outras palavras, através dele torna-se possível modificar o seu sentido.

Quanto à **preposição**, a sexta categoria delineada na *GLP* (1540), JB atribui a seguinte acepção: “[p]reposição, é uma parte das nove que tem a

nossa gramática; a qual se põe entre as outras partes por ajuntamento ou por composição” (Barros, 1540, p. 29). Essa breve descrição

baseia-se unicamente no critério sintático, visto que a função da preposição seria apenas a de unir ou compor termos em um enunciado.

A **interjeição**, sétima parte da oração, é definida por meio da comparação entre as línguas clássicas; o grego e o latim, e a língua portuguesa. Esse método de descrição linguística, além de reafirmar o vínculo de JB à tradição gramatical, atribui a sua obra um lastro de prestígio e um caráter singular a nossa língua. Podemos observar esse recurso estilístico na descrição a seguir: “[o]s gregos contaram esta parte da interjeição com o advérbio. Os latinos a quem nós seguimos – distintamente falaram dela, e segundo eles, não é mais que uma denotação do que a alma padece” (Barros, 1540, p. 29v).

Dessa forma, quanto à interjeição, vemos que os gregos a consideram como parte da categoria dos advérbios, ao passo que os latinos a reconhecem como categoria específica, estando ao mesmo nível da língua portuguesa. No que se refere ao critério empregado para a sua definição, observamos o uso do critério semântico, uma vez que ela é a expressão do sentimento humano; nesse caso, uma “denotação do que a alma padece” (Barros, 1540, p. 29v).

O **particípio**, por sua vez, é entendido como pertencente à classe dos nomes e dos verbos. Segundo JB, o particípio juntamente com as classes dos artigos, conjunções e interjeições “são peças e capitães principais que [...] comumente servem a esses dois poderosos reis, Nome & Verbo” (Barros, 1540, p. 2v). No que se refere à classe dos nomes, nosso gramático define o nome participial como “aquele que vem de algum particípio, como: de amado, amador; de douto, doutor” (Barros, 1540, p. 8), empregando, portanto, o critério morfológico, na medida em que ele argumenta ser o particípio proveniente de uma forma do nome.

JB também cita o particípio dentro da classe dos verbos “ao dizer que ele é utilizado para descrever o tempo passado não acabado” (Lagoa, 2024, p. 105): “Os participios dão à obra alguma mais perfeição em tempo. O modo para desejar no tempo passado não acabado, dizemos: tivera amado,

lido, ouvido, sido” (Barros, 1540, p. 25v). Nesse caso, vemos o emprego do critério semântico, uma vez que ele exprime o desejo de situar uma ação na corrente do tempo.

As **conjunções** não são descritas na parte de etimologia (hodiernamente, morfologia), mas são mencionadas na parte de Construção, hoje conhecida como sintaxe. JB não apresenta uma definição para essa classe, mas faz uma classificação delas, como é demonstrado abaixo:

Basta saber que temos duas conjunções mais comuns. A uma chamam copulativa, que quer dizer ajuntador, porque ajunta as partes entre si, e a outra, disjuntiva, a qual mais propriamente se deve chamar disjunção que conjunção, porque divide as partes (Barros, 1540, p. 33, 33v).

Nosso autor não faz uma discussão sobre o valor semântico das conjunções, mas mantém seu foco na função que as conjunções exercem nas orações, a saber, juntar ou separar as orações, sendo talvez por essa razão o fato de estarem descritas na parte de sintaxe. Nesse caso, vemos unicamente o emprego do critério sintático na descrição dessa parte da oração.

A seguir, apresentamos as definições das classes de palavras empregadas por EB, em sua *Moderna Gramática do Português* (2009), com os comentários sobre os critérios envolvidos nessas definições.

3. Bechara e as *classes de palavras*

Bechara (2009) demonstra uma relação de continuidade com o pensamento linguístico de JB, que “bebe da fonte” da tradição gramatical greco-latina, na medida em que apresenta as mesmas categorias lexicais delineadas por JB com apenas algumas diferenças.

Assim como o autor renascentista, a classe de palavras que enceta a descrição de EB é a dos **substantivos**. Para ele,

[s]ubstantivo – é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação) (Bechara, 2009, p. 93).

EB, assim como JB, emprega o critério semântico em sua definição, inclusive no que diz respeito a nomear os objetos substantivos. De fato, JB divide a classe dos nomes em “coisa que tenha corpo” (Barros, 1540, p.5), e “coisa sem corpo” (Barros, 1540, p.5), fazendo uma referência ao que hoje conhecemos como nomes concretos e abstratos. Bechara (2009, p. 93), mais uma vez, demonstra um vínculo com o gramático humanista ao empregar uma classificação similar dos substantivos, ao dividi-los em “substâncias (*homem, casa, livro*) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (*bondade, brancura*), estados (*saúde, doença*), processos (*chegada, entrega, aceitação*)” (Bechara, 2009, p. 93). De fato, nesse caso, verificamos a identificação total entre os conceitos dos dois autores.

A segunda classe descrita por ele não é reconhecida como categoria por JB, sendo para ele subcategoria dos nomes: trata-se do **adjetivo**. O autor o retrata como “a classe de lexema que se caracteriza por constituir a delimitação, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma parte ou a um aspecto do denotado” (Bechara, 2009, p. 121).

Ao definir os adjetivos, Bechara (2009) usa dois critérios: o semântico, ao caracterizá-los como lexemas, e o sintático, uma vez que ele aponta a sua função como delimitador do substantivo. Mais uma vez, constatamos uma relação de proximidade entre os dois autores, pois esses critérios também foram o aporte teórico para a descrição dessa subcategoria dos nomes por JB.

O **artigo**, a terceira classe descrita, é apresentado da seguinte forma: “[c]hamam-se artigo definido ou simplesmente artigo o, a, os, as que se

antepõem a substantivos, com reduzido valor semântico demonstrativo e com função precípua de adjunto desses substantivos” (Bechara, 2009, p. 130). Nesse caso, ele define a classe dos artigos comentando apenas sobre os artigos definidos. De fato, o que à princípio pode parecer uma incongruência, na realidade, é a representação do pensamento linguístico de Bechara (2009) que, assim como JB, não reconhece a existência dos artigos indefinidos como categoria. Segundo Bechara (2009),

[a] tradição gramatical tem aproximado este verdadeiro artigo de **um, uns, uma, umas**, chamados *artigos indefinidos*, que se assemelham a **o, a, os, as** pela mera circunstância de também funcionarem como adjunto de substantivo, mas que do autêntico artigo diferem pela origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais (Bechara, 2009, p.132).

Quanto ao artigo, podemos inferir a existência de uma relação de descontinuidade com o pensamento linguístico de JB. Embora o critério sintático seja preponderante nas duas abordagens, uma vez que o artigo é retratado como a classe que se antepõe ao substantivo, “Bechara vai um pouco além ao dizer que os artigos possuem função dêitica, fazendo uso de um critério semântico. Além disso, ele destaca seu papel de adjunto, mais uma vez, recorrendo ao critério sintático” (Lagoa, 2024, p. 107).

Quanto aos **pronomes**, a quarta classe de palavras considerada, ela é apontada como

a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto. De modo geral, esta referência é feita a um objeto substantivo considerando-o apenas como pessoa localizada do discurso (Bechara, 2009, p. 137).

EB, assim como JB, conceitua os pronomes utilizando o critério semântico, atestando que eles têm um significado léxico e que podem ser entendidos a partir de seu contexto. Para além disso, verifica-se o emprego do critério sintático, uma vez que sua função estaria relacionada ao substantivo.

Ainda seria possível destacar o emprego do critério estrutural/morfológico, por serem os pronomes considerados pessoas localizadas no discurso.

Quanto ao **numeral**, quinta classe gramatical delineada, ele “é a palavra de função quantificadora que denota valor definido” (Bechara, 2009, p. 168).

Essa categoria não é descrita por JB nem como subcategoria, embora ele mencione os numerais na parte de ortografia somente para se referir ao modo como alguns autores relacionam as letras aos números. Quanto a Bechara, os critérios utilizados para a sua classificação são os sintáticos e semânticos, pois estão relacionados à função de quantificação e de transmissão da ideia de valor definido (Lagoa, 2024, p. 107).

Quanto à categoria dos **verbos**, a sexta elencada, temos a seguinte definição: “[e]ntende-se por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical” (Bechara, 2009, p. 173). Dessa forma, verificamos nessa abordagem a mesma perspectiva da tradição gramatical greco-latina que confere ao verbo um papel de centralidade na língua. De fato, podemos inferir que ser o modelo de organização da fala coloca-o em uma posição superior à classe dos substantivos, segundo JB, um dos reis de nossa língua. No que se refere ao critério de categorização, mais uma vez, constatamos o emprego do critério semântico, representado pela expressão “significado categorial”. Ainda cabe-nos ressaltar a existência do critério morfológico ao enunciar que ele serve de molde para a transmissão do significado das palavras.

Os **advérbios** são a sétima classe de palavras que encontramos na *Moderna Gramática do Portuguesa* (2009). Para EB, “[a]dvérbio – é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial” (Bechara, 2009, p. 242).

Sendo assim, “Bechara emprega o critério sintático, pois é a classe que modifica e exerce a função de adjunto adverbial. Além disso, observamos o critério semântico por ser ele usado para denotar circunstâncias” (Lagoa,

2024, p. 108). Reiteradamente, EB segue os critérios de classificação de JB, a saber, os critérios sintático e semântico, corroborando sua abordagem linguística e, portanto, mantendo uma relação de perpetuidade com a tradição gramatical renascentista.

No que se refere à classe das **preposições**, oitava classe descrita na gramática, temos a seguinte definição:

[c]hama-se preposição a uma unidade linguística desprovida de independência— isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe—e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações. Não exerce nenhum outro papel que não seja ser índice da função gramatical de termo que ela introduz (Bechara, 2009, p. 243).

Nessa classificação das preposições, notamos o emprego de dois critérios: o sintático, visto que as preposições se unem a outras classes, estabelecendo relações gramaticais; e o fonético/fonológico, dado o fato de EB mencionar a tonicidade das preposições. Essa categorização das preposições está em consonância com a teoria linguística de JB, que também atribui às preposições o papel de juntar ou compor palavras.

Segundo o autor, a nossa língua também “possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado. Estas unidades são tradicionalmente chamadas **conjunções**,⁶ que se repartem em dois tipos: coordenadas e subordinadas” (Bechara, 2009, p. 267). Temos, portanto, a descrição da nona classe de palavras. Como observado, o imortal da ABL (2009), assim como o humanista português, usa como critério de categorização a sua função sintática. Segundo ele, as conjunções têm a função de estabelecer relações entre as orações.

Para EB, a **interjeição**, décima classe de palavra,

6 Grifo nosso

[é] a expressão com que traduzimos os nossos estados emotivos. Têm elas existência autônoma e, a rigor, constituem por si verdadeiras orações. Em certas situações, algumas podem estabelecer relações com outras unidades e com elas constituir unidades complexas. Acompanham-se de um contorno melódico exclamativo. Podem, entretanto, assumir papel de unidades interrogativo exclamativas e de certas unidades próprias do chamamento, chamadas vocativo, e ainda por unidades verbais, como é o caso do imperativo (Bechara, 2009, p. 277).

A classe das interjeições engloba o emprego de três critérios: semântico, sintático e fonético/fonológico. Quanto ao primeiro, ele está relacionado ao seu papel de representar estados emotivos; o segundo, por instituir relações com outras unidades; e, o terceiro, por sua vez, pelo seu “contorno melódico” (Bechara, 2009, p. 277). Reiterando o pensamento linguístico renascentista, EB retoma o critério semântico de JB, atribuindo às interjeições também o seu papel sintático e a sua construção fonética/fonológica.

Feitos esses comentários, é possível apontar, em síntese, o seguinte quadro comparativo/resumitivo das definições de nossos dois autores:

Quadro 1: Análise comparativa dos critérios adotados na definição das partes da oração / classes de palavras

João de Barros		Bechara	
Partes da oração	Critério de definição	Classes de palavras	Critério de definição
Nome	Semântico e morfológico	Substantivo	Semântico
Artigo	Sintático	Artigo	Sintático e semântico
Pronome	Semântico e sintático	Pronome	Semântico, sintático e morfológico
Verbo	Semântico e morfológico	Verbo	Semântico e morfológico
Advérbio	Sintático e semântico	Advérbio	Sintático e semântico
Preposição	Sintático	Preposição	Sintático e fonético
Interjeição	Semântico	Interjeição	Sintático, semântico e fonético
Conjunção	Sintático	Conjunção	Sintático
Particípio	Morfológico e semântico	Adjetivo	Sintático e semântico
XXX	XXX	Numeral	Sintático e semântico

Fonte: autores (2025)

Desse modo, ainda que haja algumas divergências entre JB e EB quanto à definição de quais seriam as partes da oração/classes de palavras, podemos perceber que a concepção de definição dos autores é muito próxima, sendo mais uma forma de verificarmos a validade de uma continuidade de pensamento entre os autores.

Considerações finais

A análise das *partes das orações*, ou classes de palavras, atesta o fato de que o pensamento linguístico não é construído sobre o nada, mas que existe um fio condutor das teorias linguísticas em um processo “permeado de idas e vindas de saberes e formas de conhecimento caracterizado por projeções não lineares de continuidades e descontinuidades” (Batista, 2013, p. 26). “Esse fio,

ao qual Vieira (2018) nomeia como Paradigma Tradicional de Gramatização, tem norteado a produção de gramáticas na contemporaneidade” (Lagoa, 2024, p. 109), o que pode ser verificado durante a análise das categorias lexicais de nossa língua.

Durante o estudo da *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540) e, posteriormente, da *Moderna Gramática Portuguesa* (2009), verificamos a existência de tênues mudanças nos conceitos e nos critérios de categorização das palavras. Na realidade, em alguns casos, nenhuma mudança.

Em suma, podemos reiterar a existência de um arcabouço teórico linguístico construído através dos séculos desde a Antiguidade Clássica com Aristóteles (Evaristo e Marinho, 2025) e que tem servido de molde para a escrita de gramáticas da contemporaneidade, razão pela qual vemos nos escritos de Bechara o reflexo do pensamento linguístico do Humanista Renascentista João de Barros (Lagoa e Evaristo, 2024).

O olhar sobre as classes de palavras revela apenas uma faceta do prisma que é o funcionamento da nossa língua e a sua categorização. Existem outros aspectos de nossa gramática que corroboram essa perspectiva da existência de uma tradição gramatical que se perpetua na corrente do tempo. Esperamos que este estudo funcione como um incentivo para que outros pesquisadores se enveredem nessa área tão promissora da Historiografia da Linguística, o da gramaticografia (Kaltner, 2023b).

Referências

ALTMAN, Cristina, et al. **Historiografia da Linguística**. Organizado por Ronaldo Batista. São Paulo: Contexto, 2019.

ASSUNÇÃO, Carlos; SANTOS, Maria Helena. Da Idade Média ao Renascimento: percursos gramaticais. In: SOARES, Nair de Nazaré Castro; MOREDA, Santiago López. **Gênese e consolidação da Ideia de Europa – Vol. IV: Idade Média e Renascimento**. Coimbra/Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009

AZEREDO, J. C. S. **Classes de palavras: um percurso crítico com vista a uma meta didática**. In: *Confluência*, v. 1, p. 296-323, 2021.

BARROS, João de. **Grammatica da Língua Portuguesa**. Reprodução facsimilada. 1. ed. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/12148> - Acesso em nov 2025.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. Elos Portugal e Brasil: João de Barros e Anchieta. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1/2, p. 50-56, 2004.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Formas da gramática renascentista: percepção e abordagem da diversidade linguística em Fernão de Oliveira. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 26, p. 345-364, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES NETO, José. **História da gramática**. Paraná: Editora da UFPR, 2023.

CARVALHO, Castelar de. O Renascimento e as línguas vernáculas. **Revista Confluência**, v. 19, p. 76-83, 2000.

COSTA, D. Gramática Normativa: presença de traços da tradição greco-latina. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2024. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/16908>. Acesso em: 30 out. 2025.

DEZOTTI, Lucas Consolin. As “partes da oração” de Donato aos modistas. **ReVEL**, vol. 8, n. 14, 2010.

FORTES, Fábio; Burghini, Júlia. **Os gramáticos latinos. Varrão, Quintiliano, Donato e Prisciano**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

FUZA, Ângela Francine; OHUSCHI, Márcia Cristina Greco; MENEGASSI, Renilson José. Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 14, n. 2, p. 479-501, 2011.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Uma leitura filológica e historiográfica do conceito de gramática na obra de João de Barros (1540). **Revista Linguística**, v. 19, p. 110-122, 2023a.

KALTNER, Leonardo Ferreira.. Historiografia da Linguística e Gramaticografia: fundamentos teórico-metodológicos. n: WINDLE, J. A.; SAAVEDRA, M. M. G. (orgs.). **História, política e contato linguístico**. Niterói: EdUFF, 2023b

LAGOA, Raquel Marques da Silva. **A gramática de João de Barros: tradição gramatical e formação do ideário linguístico**. 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

LAGOA, Raquel Marques da Silva; EVARISTO, Jefferson. João de Barros: um gramático humanista na trajetória do pensamento linguístico-gramatical. In: Denise Salim Santos; Tania Maria Nunes de Lima Camara. **A Pós-graduação em Letras: descrição da língua portuguesa em foco**. São Paulo: Parábola, 2024.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma**. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 2023.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **A era das gramáticas: a questão das línguas na época do renascimento e das grandes navegações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

NEBRIJA, Antonio de. **Gramática sobre la Lengua Castellana. Edición, estudio y notas de Carmen Lozano**. Madrid: Real Academia Española, 2011 [1492].

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Unesp, 2002.

QUINTILIANO, M. Fabius. **Instituto Oratoriae**. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

STELLA, Jorge Bertolasso. A LÍNGUA SÂNSCRITA E A CULTURA. **Revista Letras**, [S. l.], v. 4, 1955. DOI: 10.5380/rel.v4i0.20054. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/20054>. Acesso em: 30 out. 2025.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática Tradicional: História Crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização**. Tese de Doutorado (Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.